PARCERIAS LOCAIS

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Plano de Ação

Plano de Ação de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global de Santa Maria da Feira

NOVEMBRO 2022

CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL
FEC
PARCERIAS LOCAIS Educação para o Desenvolvimento
ROSTO SOLIDÁRIO
santa maria da f.

Ficha Técnica

Título
Plano de Ação de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global de Santa Maria da Feira

Coordenação
Rosto Solidário: Paulo Costa e Catarina Gonçalves
FEC | Fundação Fé e Cooperação: Catarina António
Câmara Municipal de Santa Maria da Feira: Rosário Meneses e Lília Couto

Redação
Joana Marques e Carlota Quintão (A3S)

Design Gráfico e paginação
Joana Marques - A3S
Susana Quintal - Rosto Solidário

Data de Edição:
Novembro de 2022

Projeto:
Parcerias Locais de Educação para o Desenvolvimento: o papel dos atores locais na implementação da ENED 2018-2022

Implementado por:
Rosto Solidário (coordenador), FEC - Fundação Fé e Cooperação, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Cofinanciado por:
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Cofinanciado por:

Implementado por:

Redigido por:

Índice

Glossário 4

Introdução 5
A Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global 6
Porquê este Plano de Ação? 7
Metodologia 7

I. Enquadramento 10
1.1. A ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 10
1.2. A Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global em Santa Maria da Feira 12
1.2.1. Mapeamento de Atores. 12
1.2.2. Práticas locais de EDCG 13
1.2.3. Necessidades e prioridades identificadas 14

II. Plano de Ação 17
2.1. Princípios orientadores e Pressupostos 17
2.2. Eixos Prioritários e Objetivos de Intervenção 19
2.3 Conclusão 23

Referências 24

Índice de Figuras

Figura 1. Abordagem Metodológica para desenvolvimento do Plano de Ação. 8
Figura 2. Eixos prioritários de intervenção. 19

Índice de Tabelas

Tabela 1. Atores de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global 13

Glossário

- CEB - Ciclo do Ensino Básico
- DEAR - Development Education and Awareness Raising (Educação e Sensibilização para o Desenvolvimento)
- ED - Educação para o Desenvolvimento
- EDCG - Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global
- ENEC - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
- ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento
- ESPA - Entidades Subscritoras do Plano de Ação
- FEC - Fundação Fé e Cooperação
- GTEC - Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania
- ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
- OSC - Organização da Sociedade Civil
- PPONGD - Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento
- RS - Rosto Solidário
- SMF - Santa Maria da Feira

Introdução

O presente Plano de Ação de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG) foi desenvolvido no âmbito do projeto "Parcerias Locais de Educação para o Desenvolvimento: o papel dos atores locais na implementação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) 2018-2022", o qual visa alavancar a apropriação local desta estratégia nacional ao nível do concelho de Santa Maria da Feira (SMF).

A parceria responsável pelo projeto convocou a associação A3S para facilitar o processo de planeamento e coconstrução de um Plano de Ação partilhado entre os atores locais para a implementação de ações de EDCG no concelho de SMF, alinhado com a ENED 2018-2022. Simultaneamente, iniciou-se um processo de elaboração de um mecanismo de implementação do Plano de Ação que incorporasse a experiência do processo de trabalho desenvolvido na sua conceção e consubstanciasse um modelo de gestão e governança concebido com os atores envolvidos e que permita a partilha desta experiência com um público mais alargado.

O Plano de Ação procura potenciar as iniciativas já existentes no território e contribuir para fortalecer o papel dos diferentes atores locais na implementação da ENED no sentido de desenvolver uma abordagem integrada e intersectorial à EDCG. Não pretende ser um documento exaustivo nem encerrado em si mesmo, mas sobretudo identificar as principais linhas de operacionalização, implementação e monitorização da ENED ao nível do concelho de SMF e constituir um primeiro passo rumo à sua apropriação e transversalização pelos diferentes setores e atores locais.

A Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global

A abordagem desenvolvida no âmbito do presente Plano de Ação parte da definição de **Educação para o Desenvolvimento (ED)**, consensualizada no âmbito do processo coletivo e participativo que esteve na base da ENED envolvendo várias entidades públicas e da sociedade civil:

"a ED é compreendida como um processo de aprendizagem ao longo da vida, comprometido com a formação integral das pessoas, o desenvolvimento do pensamento crítico e eticamente informado, e com a participação cidadã.
Este processo tem como objetivo último a transformação social no sentido da prevenção e do combate às desigualdades sociais, nomeadamente às desigualdades entre mulheres e homens, do combate à discriminação, da promoção do bem-estar nas suas múltiplas dimensões, da inclusão, da interculturalidade, da justiça social, da sustentabilidade, da solidariedade e da paz, tanto ao nível local como ao nível global" (ENED 2018-2022).

Para saber mais, consulte a **Ficha Temática O que é a ED?**

Enquanto um campo sempre em construção, os seus desenvolvimentos mais recentes traduziram-se na afirmação da consciência de cidadania global e da participação e ação cidadãs[1], resultando na consolidação de uma nova nomenclatura para a sua designação: a **Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG)**, também adotada no presente Plano de Ação.

Este entendimento é reforçado pela narrativa desenvolvida pela Plataforma Portuguesa das ONGD (PPONGD), que concebe a EDCG a partir de " uma tomada de consciência assente numa interpretação crítica da realidade", assente num processo de aprendizagem e transformação ao longo da vida (PPONGD 2018). Trata-se, assim, de um campo não circunscrito a áreas temáticas específicas, mas antes que se caracteriza pelo aprofundamento de um olhar crítico transversal, potencialmente aplicável a qualquer problemática social, que trabalha os desafios globais e as suas interdependências, bem como a necessidade de agir sobre as causas estruturais dos problemas e as relações desiguais de poder que lhes estão subjacentes.

A perspetiva de EDCG é igualmente reforçada pela forte articulação da ENED com a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) e com a implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento em todos os níveis e ciclos da escolaridade obrigatória.

[1] Para uma perspetiva sobre a evolução do campo e dos conceitos associados, ver a análise de cinco gerações sistematizada por Manuela Mesa (2014).

Porquê este Plano de Ação?

O Plano de Ação visa contribuir para três objetivos principais:

- Fomentar a apropriação e implementação da ENED a nível local, no concelho de SMF;
- Fortalecer o papel e o compromisso dos diferentes atores locais na implementação da ENED através de uma abordagem integrada à EDCG;
- Reforçar o diálogo e ação concertada entre os atores de EDCG no território de SMF.

Para além do documento final que agora se apresenta, o processo de construção do plano constitui um fim em si mesmo, ao longo do qual se tem promovido o diálogo e trabalho colaborativo no sentido de estruturar e inspirar ações de EDCG no concelho de SMF. Através deste processo aberto e participativo pretende-se definir uma estratégia concelhia para a EDCG, consagrada num documento escrito, sob a forma de um Plano de ação integrado e partilhado pelos atores locais e, simultaneamente, alinhado com a proposta da ENED 2018-2022, constituindo o primeiro exercício de transposição da ENED para o contexto de um território local específico.

O Plano integra ainda a perspetiva de uma abordagem transversal que não limita a EDCG ao contexto escolar, mas aposta no seu reconhecimento e implicação nas várias áreas de política municipal e de intervenção das organizações locais (cultura, ação social, desenvolvimento local, ambiente, mobilidade, saúde, segurança, etc.), não obstante alguns constrangimentos na sua concretização até ao momento.

Este processo assume, assim, um caráter pioneiro na sua tentativa de implementação da ENED a nível local e de assentar num processo participativo a partir dos atores locais e das suas dinâmicas específicas, o que permite alavancar a reflexão sobre a interligação entre as agendas nacionais e internacionais e as dinâmicas locais de desenvolvimento. Deste modo, pretende-se também aprender com o processo do ponto de vista político e dos seus fatores críticos.

Metodologia

O processo de conceção do presente Plano de Ação pretendeu desenvolver uma abordagem participativa e de aprendizagem mútua, potenciando o envolvimento da pluralidade de atores locais e a sua tomada de consciência e comprometimento para com a EDCG. Para tal, teve por base a seguinte abordagem metodológica:

1. Análise documental e bibliográfica de documentação relevante a nível nacional e municipal, com destaque para os documentos de orientação estratégica, em especial a ENED 2018-2022;
2. Diagnóstico e mapeamento de atores e práticas de EDCG no concelho de SMF com base num inquérito por questionário e entrevistas realizados em 2021;
3. Auscultação de stakeholders e momentos de reflexão conjunta, entre março de 2022 e julho de 2022.

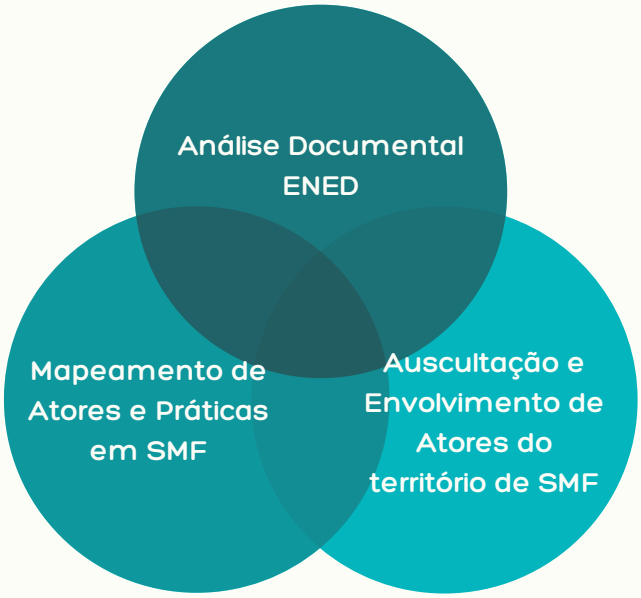

Figura 1. Abordagem Metodológica para desenvolvimento do Plano de Ação

O objetivo norteador da abordagem metodológica foi contribuir para a apropriação da ENED ao nível do território específico de SMF através da implementação de metodologias participativas e do envolvimento de uma pluralidade de atores locais. A técnica privilegiada foi a realização de entrevistas individuais com responsáveis de diferentes sectores do executivo autárquico (ambiente, cultura, juventude, educação, turismo, comunicação) e das direções de escolas dos nove agrupamentos do município, num total de 21 entrevistas realizadas.

Tendo em conta o horizonte temporal definido para o desenho do Plano de Ação, optou-se por ser menos ambicioso e mais minucioso em relação aos atores auscultados, começando por aqueles potencialmente mais próximos deste universo. Como tal, ainda não se concretizou plenamente a intenção de envolver uma maior diversidade de setores neste processo.. Está ainda prevista a realização de workshops no sentido de promover a aproximação do Plano aos restantes atores locais, além da participação em diferentes fóruns participativos do concelho de SMF[2].

[2] Entre estes fóruns participativos, são de referir as reuniões de discussão do Novo Plano Estratégico Educativo Municipal 2022-2030 e a integração da Rosto Solidário no conselho geral de dois agrupamentos do município.

As entrevistas, realizadas de forma aberta, foram orientadas pelas seguintes linhas gerais:

- Apresentar e favorecer a tomada de consciência em relação à EDCG;
- Refletir em conjunto sobre quais os espaços de oportunidade, dentro daquilo que as organizações já fazem, para maximizar o potencial da abordagem da EDCG e simultaneamente potenciar o que já existe no território, no sentido de o Plano de Ação contribuir para a articulação mais planeada e integrada dos diferentes espaços e iniciativas[3];
- Identificar necessidades existentes ou oportunidades para desenvolver novas atividades de EDCG no concelho;
- Promover o comprometimento dos atores locais para com a coconstrução e futura implementação do Plano de Ação local, numa lógica de potenciar o trabalho em parceria e a sustentabilidade do plano.

Paralelamente a esta primeira ronda de entrevistas, procurou-se aprofundar uma matriz de planeamento alinhada com a ENED e sistematizar os passos, lições e fatores críticos deste processo num Guia de Implementação.

Após estas notas introdutórias, o restante documento estrutura-se em duas partes. Na primeira parte, apresenta-se o enquadramento do presente plano no contexto da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento e da realidade específica do concelho de SMF. Na segunda parte, segue-se o Plano de Ação, onde se definem os pressupostos e princípios, as dimensões, os objetivos e os contornos gerais da intervenção.

[3] Procurou-se identificar: (i) iniciativas e projetos já assumidos como EDCG; (ii) práticas que, não sendo concebidas como tal, podem ser enquadradas pela EDCG; (iii) e ainda outras iniciativas que, integrando ou aprofundando determinadas dimensões, poderiam facilmente ser potenciadas pela EDCG.

1. Enquadramento

1.1. A ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

A EDCG tem uma história ligada ao campo da cooperação para o desenvolvimento e à intervenção das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD). No contexto europeu, desenvolveu-se inicialmente sob a alçada dos Ministérios de Negócios Estrangeiros, tendo posteriormente passado para a alçada dos Ministérios da Educação, ainda que se defenda que é um campo transversal, intersectorial e multiatores que deveria dizer respeito a todas as áreas de política e a toda a sociedade.

Em Portugal, fruto das aprendizagens e benchmarking de outros países, a EDCG é desenvolvida de forma articulada e com um forte envolvimento institucional e participação das organizações nacionais, de forma que a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) é endossada por um leque diverso de Ministérios, Agências e organizações[4]. Atualmente, está em vigor a ENED 2018-2022, que sucede à ENED 2010-2016.

O seu foco central e transversal são as problemáticas relacionadas com o desenvolvimento e as relações históricas desiguais entre os países e povos do Norte e do Sul, mas acima de tudo propõe um olhar crítico e problematizador para ler, aprender e intervir no mundo ao nosso redor. Deste modo, abrange também como eixo estruturante as questões da cidadania global, articulando-se com a ENEC, aprovada em 2017 e, particularmente, com a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento que, desde então, integra a componente curricular do sistema educativo português em todos os níveis e ciclos da escolaridade obrigatória[5].

O quadro de ação da ENED estabelece um conjunto de elementos orientadores das práticas de EDCG, nomeadamente os seus princípios, âmbitos, formas de intervenção e atores, os quais serviram de base para o presente Plano de Ação.

[4] Para uma listagem das entidades subscritoras, ver: ened-portugal.pt/pt/outras-entidades-subscritoras-do-plano-de-acao
[5] A disciplina de Cidadania e Desenvolvimento é desenvolvida no currículo nacional segundo três abordagens: de natureza transdisciplinar no 1.º ciclo do ensino básico; como disciplina autónoma no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico; e como componente do currículo desenvolvida transversalmente com o contributo de todas as disciplinas e componentes de formação do ensino secundário (GTEC, 2017).

Pela sua capacidade de mobilização de uma pluralidade de setores e de atores, a ENED assume uma extrema relevância a nível nacional; contudo, ela nunca foi implementada de uma forma integrada a nível local. Neste contexto, a sua apropriação ao nível do território de SMF constitui um processo desafiante e ainda com eventuais limitações na tentativa de transpor a ambição transversal da ENED para o nível local.

Simultaneamente, a experiência acumulada e os processos de avaliação da ENED até ao momento permitiram também identificar alguns constrangimentos e desafios à sua implementação e considerá-los na elaboração deste Plano de Ação.

Um primeiro constrangimento diz respeito à prevalência de um conhecimento insipiente e fragmentado sobre o campo da EDCG, cuja implementação se circunscreve maioritariamente ao sistema de ensino formal, designadamente no âmbito da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, com uma implementação mais limitada noutros setores.

Por outro lado, os dados da avaliação intermédia da ENED 2018-2022 indicam que existe ainda uma preponderância de ações localizadas no distrito de Lisboa, apontando para a necessidade de alcançar a representatividade geográfica prevista na estratégia enquanto condição essencial para a prossecução dos seus objetivos (Logframe 2021), designadamente na região Norte do país onde as ONGD estão menos ativas. O mesmo relatório destaca ainda a pouca diversidade das entidades promotoras de EDCG (maioritariamente ONGD) e alerta para a necessidade de promover uma maior articulação entre as organizações para aumentar o alcance do impacto da ENED, bem como uma maior compreensão sobre este conceito através de ações de comunicação e disseminação.

Por sua vez, o relatório do programa europeu DEAR - Development Education and Awareness Raising relativo a Portugal aponta ainda como constrangimentos a reduzida participação cívica a nível social e político da população portuguesa, a baixa cobertura mediática sobre questões de desenvolvimento global e, consequentemente, uma fraca influência política do campo da EDCG (Santos, 2019).

Deste modo, existe um amplo espetro para potenciar a efetiva implementação da ENED a nível nacional e local, para o qual o presente plano de ação concelhio pretende contribuir, através da sua territorialização no concelho de SMF e da promoção de parcerias mais abrangentes com diferentes órgãos do poder local e diferentes entidades e organizações públicas e privadas.

1.2. A Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global em Santa Maria da Feira

Em Santa Maria da Feira, há mais de dez anos que se trabalham as questões da EDCG, designadamente pela Câmara Municipal, pela FEC e pela RS, com destaque para o contexto escolar, com presença em todos os agrupamentos e em diferentes projetos educativos e de intercâmbio, mas também em contextos não formais e essencialmente juvenis.

Paralelamente, o município tem trabalhado ao nível de várias áreas de fronteira, como outras "Educações para…", nomeadamente para Cidadania, para a Igualdade de Género, para o Empreendedorismo e Educação Ambiental, entre outras.

O presente Plano de Ação pretende dar mais um passo nesta trajetória, assumindo a dianteira na implementação da ENED a nível concelhio e, simultaneamente, dando resposta à necessidade sentida pelos atores do território de haver um planeamento estratégico e agregador dos vários projetos em curso ou para os quais são solicitados.

1.2.1. Mapeamento de Atores

A EDCG contempla atores de naturezas distintas, que não se limitam ao contexto escolar, e podem assumir múltiplas funções, como a definição de políticas, o planeamento de programas, o financiamento, a implementação de ações, a investigação, a avaliação, a promoção e divulgação, conforme sistematizado na ENED 2018-2022.

A tabela seguinte cruza a tipologia de atores proposta no âmbito da ENED com o mapeamento de atores realizado no território de SMF (Rosto Solidário, 2021).

Tabela 1. Atores de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global

Atores	Funções Principais	Exemplos de tipos de atores identificados no território de SMF
Escolas e comunidades educativas	Planeamento e implementação de ações, investigação, avaliação, produção de conteúdos e desenvolvimento curricular	Escolas dos vários níveis e de ensino; Institutos Superiores; Associações de Pais; Centros de Formação
Organizações da Sociedade Civil e movimentos sociais	Participação no processo de definição de políticas, planeamento de programas, produção de conteúdos e recursos, planeamento e implementação de ações, investigação, avaliação, promoção e divulgação	Instituições de Solidariedade Social; ONGD; Associações Culturais e Recreativas; Associações de Voluntariado; Associações Juvenis; Clubes desportivos; Instituições e movimentos religiosos
Órgãos de soberania e administração pública à escala local, regional e nacional	Definição e aprovação de políticas, planeamento e implementação de programas e ações, avaliação, promoção e divulgação, financiamento	Câmara Municipal; Juntas de Freguesia
Partidos políticos	Definição de políticas, promoção e divulgação	Partidos Políticos e Juventudes partidárias
Empresas e organizações empresariais	Financiamento	Setor privado feirense, nomeadamente o seu forte parque industrial
Fazedores de opinião	Promoção e divulgação	Órgão de comunicação social; Personalidades de referência em SMF

Fonte: Elaboração própria (com base na ENED 2018-2022; e Rosto Solidário, 2021)

Os atores locais mais próximos do campo da EDCG identificados território de SMF desenvolvem atividades de EDCG em diversas áreas de atuação, com destaque para: Direitos Humanos; Igualdade de Género; Interculturalidade; Ambiente; Desenvolvimento e Cidadania Global; Saúde; Paz; Voluntariado; Solidariedade Social, entre outras (Rosto Solidário, 2021).

1.2.2. Práticas locais de EDCG

A recolha de dados realizada no âmbito do projeto Parcerias ED, tendo por base, na primeira fase, um inquérito por questionário e, na segunda fase, entrevistas individuais com responsáveis de diferentes setores do executivo autárquico e dos agrupamentos escolares, permitiu identificar um conjunto de iniciativas e projetos locais mais relevantes do ponto de vista da EDCG (Rosto Solidário, 2021).

A partir da análise destas práticas é possível elencar um conjunto elementos caracterizadores das iniciativas de EDCG no território de SMF, que estão na base do presente Plano de Ação:

- Uma parte substancial dos projetos está ligada à câmara municipal, que apresenta um forte dinamismo no desenvolvimento de iniciativas na área da educação, juventude e ambiente;
- Predominam práticas desenvolvidas no contexto de educação formal, focadas na formação de jovens e de professores, havendo um amplo espetro por explorar ao nível das aprendizagens em contexto não escolar;
- Existe um conjunto de temáticas transversais a diferentes práticas e atores locais, que parecem constituir problemáticas particularmente relevantes neste território, designadamente: as questões da violência e bullying; a formação para a participação política e cidadania; as questões ambientais e de sustentabilidade; a solidariedade;
- Algumas das práticas identificadas pelos atores locais não se enquadram numa definição mais específica de EDCG (associada a uma aprendizagem ao longo da vida para "interpretação crítica da realidade", que se debruça sobre os "desafios globais" e as suas "interdependências", bem como a necessidade de agir sobre as "desigualdades" e as "causas estruturais" dos problemas). Contudo, várias dessas práticas apresentam um elevado potencial para trabalhar a EDCG a partir da incorporação de novas dimensões, designadamente incorporando um processo de questionamento crítico, relacionando as temáticas abordadas com a problematização das suas causas estruturais, procurando articular o nível local com os desafios e as interdependências globais.

1.2.3. Necessidades e prioridades identificadas

O concelho de SMF apresenta um histórico muito significativo no desenvolvimento da EDCG, com vários projetos e parcerias consolidados neste campo. Não obstante, a auscultação dos atores e análise das práticas permitiu inventariar algumas necessidades do território que estão na base da identificação de prioridades para o desenvolvimento do presente Plano de Ação.

I. Capacitação e suporte aos atores

- Necessidade de capacitação, sensibilização e disseminação da EDCG junto dos diversos atores do território (municipais, educativos, culturais, sociais), perante o conhecimento incipiente do campo.
- Necessidade de reforçar a visão e compromisso de EDCG ao nível do poder local.

- No contexto escolar, existe uma solicitação permanente às escolas e uma grande sobrecarga de trabalho dos/as professores/as (em termos curriculares e administrativos), que faz com que tenham pouca disponibilidade para trabalhar a interdisciplinaridade de forma mais consolidada ou para "refletir" e aprofundar outro tipo de projetos, necessitando de recursos de apoio a esse trabalho que não representem uma sobrecarga adicional (incluindo apoio de técnicos de áreas complementares como ação e mediação social, psicologia, etc).
- Para o trabalho necessário com adultos, e professores em particular, é elencada a necessidade de haver um maior recurso a metodologias práticas e ativas.

II. Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em EDCG

- Necessidade de uma rede/plataforma de partilha que permita a quem se propõe trabalhar um determinado tema facilmente ter noção do que já existe na comunidade e identificar instituições com as quais possa trabalhar.
- Possibilidade de as ações de EDCG contribuírem para dar resposta a necessidades e lacunas levantadas pelo contexto da pandemia Covid-19, designadamente:
    - Perceção de que os/as jovens estão menos preparados/as para a participação política, evidenciando necessidades formativas em questões como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a dimensão global dos problemas, bem como competências sociais e relacionais como trabalho em equipa, capacidade argumentativa e de debate construtivo;
    - Necessidade de desenvolvimento de mais projetos nas áreas social e cultural, que foram particularmente penalizadas pela pandemia, com fortes impactos nas populações mais vulneráveis;
    - Questões de saúde mental e do aumento de comportamentos de risco dos/as jovens (tabaco, álcool, estupefacientes).

- Necessidade de trabalhar os projetos e temas de forma que as várias camadas da população (crianças, jovens, adultos, de meios mais e menos favorecidos) possam perceber a utilidade e articulação com o seu dia-a-dia.
- Necessidade de contribuir e aprofundar temáticas específicas, consideradas relevantes no território, designadamente:
    - Inclusão social (solidão dos idosos, pobreza);
    - Violência (doméstica, bullying, no desporto);
    - Questões ambientais e de sustentabilidade, relacionadas com o património natural do território, com os constrangimentos ao nível da mobilidade e com as alterações climáticas;
    - Solidariedade, em que se destaca a dificuldade em passar de ações filantrópicas avulsas (associadas a efemérides e contextos emergenciais) para ações mais estruturantes e transformadoras ao nível das causas dos problemas;

o Educação Intercultural, considerando que o território e as escolas têm uma diversidade relevante de nacionalidades e etnias (incluindo pessoas refugiadas), que careceria de um trabalho mais estruturado e estruturante de capacitação para a sua inclusão, ao invés de ações avulsas ou assentes na "boa vontade" de pessoas individuais, conforme relatado por vários interlocutores locais.

- Potenciar projetos educativos que permitam uma maior democratização em termos de abrangência e impactos, por oposição a alguns projetos em curso que têm um resultado muito circunscrito a uma minoria de participantes, sem um impacto mais democratizante em toda a comunidade.
- Potencial para reforçar a abordagem e impactos de projetos estruturantes do município (como o Jovem Autarca e a Assembleia de Crianças).
- Consolidar a sustentabilidade e legado dos projetos para lá de experiências avulsas, potenciando o efeito multiplicador das aprendizagens e recursos produzidos no âmbito dos mesmos.
- Dificuldade em conseguir trabalhar com as famílias e com a comunidade em geral.

III. Transversalizar e Agregar em torno da EDCG

- Necessidade de contribuir para as orientações estratégicas municipais, designadamente relacionadas com o Pacto Ecológico Europeu e a Agenda 2030, o envolvimento dos cidadãos, a perspetiva intergeracional - as quais têm uma natureza intersectorial e se articulam diretamente com o campo da EDCG.
- Necessidade de diversificação e sensibilização para os ODS, procurando potenciar em todos os projetos municipais e educativos a relação com os ODS mais relevantes, o que permitiria às pessoas e organizações tomarem consciência e reforçarem o contributo do seu trabalho para "o bem comum".
- Fortalecimento do trabalho em rede e em parceria, criando partilhas e sinergias entre organizações e recursos locais, colmatando o desconhecimento entre diferentes atores e departamentos, evitando a duplicação de esforços e potenciando um efeito multiplicador.
- Necessidade de maior articulação e planeamento integrado dos projetos (a nível municipal, escolar, social) para fazer face às múltiplas solicitações que os atores locais recebem, potenciando a sua agregação em torno de um fio condutor e de prioridades comuns que permitissem melhor definir os objetivos que se pretende alcançar com cada projeto.
- Existência de um vazio de propostas do município ao nível do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário que agora deverão merecer maior atenção no âmbito do processo de descentralização de competências na área da educação.
- Constrangimentos na área da comunicação, com dificuldades em chamar a atenção e sensibilizar para temas charneira, bem como em dar visibilidade aos diferentes projetos e materiais disponíveis.

2.Plano de Ação

2.1. Princípios orientadores e pressupostos

Este Plano reafirma os **princípios de ação** definidos no âmbito da ENED 2018-2022, os quais norteiam, de forma transversal, todas as ações de EDCG a desenvolver no território de SMF:

- **Coerência** entre os valores e as ações, os objetivos e as estratégias, o discurso e a prática, o conteúdo e a forma, os meios e os fins na concretização da EDCG.
- **Cooperação**, reunindo esforços para levar a cabo uma tarefa conjunta na qual cada participante – indivíduo, comunidade, organização, autoridade pública – dá o seu contributo para um fim comum previamente consensualizado, segundo uma lógica colaborativa.
- **Corresponsabilidade**, através da partilha de responsabilidades e de um compromisso comum, no desígnio do Plano de construir sociedades mais justas, solidárias, inclusivas, sustentáveis e pacíficas.
- **Equidade**, com base na promoção ativa e aplicação operacional dos princípios de igualdade, não discriminação e de justiça, impulsionando o acesso aos direitos e às oportunidades em igualdade de condições e sem discriminação para todas as pessoas e comunidades em função das suas necessidades e dificuldades.
- **Igualdade**, afirmando que todos os seres humanos são iguais quanto à sua dignidade humana e assumindo um compromisso para compreender e enfrentar relações de poder, desigualdade e discriminação social.
- **Justiça social**, promovendo relações de poder justas e prevenindo e combatendo a discriminação, de modo a que todas as pessoas possam ter acesso a recursos e capacidades de participação e decisão.
- **Não discriminação**, procurando garantir que nenhuma pessoa sofre desvantagens em razão da sua ascendência, sexo, origem racial e étnica, cor, língua, território de origem, nacionalidade, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual (em conformidade com a legislação nacional[6]).
- **Participação**, possibilitando que todos os setores da sociedade, incluindo as pessoas mais marginalizadas e em situação de vulnerabilidade, participem dos processos de tomada de decisão, em diferentes níveis, sendo assim agentes do seu próprio desenvolvimento, por oposição a processos diretivos ou estritamente representativos.

[6]Conforme artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa e com a Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto.

- **Solidariedade**, valorizando a tomada de consciência (individual ou coletiva) das interdependência e corresponsabilidade em relação aos problemas ou situações injustas enfrentadas por determinados grupos sociais ou sociedades e envolvimento no seu enfrentamento.

As ações propostas deverão também integrar **princípios operacionais transversais** a todas as atividades, a saber:

- **Qualidade e eficácia** das ações, verificada com base na produção de informação e de processos de monitorização e avaliação.
- **Flexibilidade e ajustamento** das ações à medida das necessidades, dentro das possibilidades permitidas pelos recursos disponíveis.
- **Valorização dos recursos endógenos** do território, em combinação com recursos exógenos.
- **Trabalho em parceria**, impulsionando as relações intersectoriais e interorganizacionais.
- **Reflexão crítica e capacitação** das pessoas e das organizações (capacidade de diagnosticar a situação presente e planear e intervir autonomamente sobre o próprio futuro).

Finalmente, o Plano parte de um conjunto de **pressupostos específicos** à sua implementação no concelho de SMF, a saber:

- **Articulação e sinergias com outras estratégias, planos e programas** de referência para o município (tais como o Projeto Educativo Municipal; Plano Municipal para a Igualdade de Género e Não Discriminação; programa Concelho Solidário; Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas; programa Cidades Interculturais; Pacto Ecológico Europeu; Agenda 2030).
- **Envolvimento e compromisso dos atores locais** para com o desígnio do Plano de Ação para a EDCG no concelho. No sentido de assegurar esta condição de sucesso são contemplados dois vetores de ação identificados a partir de experiências anteriores[7] e reforçados pelas auscultações aos atores do território. Por um lado, é necessário apostar na visibilidade e credibilidade externa do Plano, bem como a promoção de um contexto local favorável ao reconhecimento e desenvolvimento do Plano e da EDCG. Por outro lado, as ações mais estruturantes e consolidadas pressupõem o compromisso dos atores mais diretamente envolvidos na sua implementação, o que deverá ser formalizado através de protocolos de parceria e compromisso.
- **Capacidade de mobilização de recursos**. O Plano foi desenvolvido no âmbito do projeto Parcerias ED e assume como fonte de financiamento inicial os projetos já em desenvolvimento pelos diferentes atores locais, numa lógica de potenciar e integrar recursos. Contudo, a sua abrangência e ambição concelhia pressupõe também uma forte coparticipação do município de SMF na sua implementação. Por outro lado, depende também de uma perspetiva proativa na procura de novas fontes de financiamento e formas de concretização dos seus objetivos.

[7] Designadamente no âmbito dos projetos da Iniciativa Equal: C3 - Consultoria para o Terceiro Sector e D3 - Digitalizar o Terceiro Sector.

- **Operacionalidade**. O Plano estrutura-se num conjunto de dimensões de intervenção que podem ser caracterizadas por uma autonomia relativa entre si, embora a sua interseção, articulação e planeamento integrado sejam desejáveis. Esta delimitação tem, sobretudo, um caráter operacional no sentido de permitir uma maior flexibilidade e capacidade de ajustamento a diferentes critérios e fontes de financiamento.
- **Planeamento**. O Plano parte de uma programação focalizada no médio prazo, indicando os objetivos a prosseguir com base nas necessidades identificadas, que deverão ser progressivamente reavaliados e programados, acompanhando também os futuros desenvolvimentos da ENED bem como a evolução da realidade territorial específica onde se está a intervir.

2.2. Eixos Prioritários e Objetivos de Intervenção

O Plano de Ação estrutura-se em torno de três eixos prioritários, definidos com base nas necessidades do território inventariadas acima:

Figura 2. Eixos prioritários de intervenção

Por sua vez, estes três eixos articulam-se com os **objetivos estratégicos da ENED** 2018-2022:

1. Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de Educação para o Desenvolvimento;
2. Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em Educação para o Desenvolvimento;
3. Afirmar a importância e promover a transversalização da Educação para o Desenvolvimento;
4. Contribuir, de um modo geral e complementar, para consolidar a implementação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento.

Os eixos prioritários e objetivos estratégicos concretizam-se em 13 objetivos específicos e 26 ações propostas para os diferentes grupos prioritários (escolas e comunidades educativas; técnicos municipais e de organizações da sociedade civil), a ajustar em função do compromisso assumido pelos diferentes atores locais e dos recursos disponíveis.

Prioridade #1 - Capacitar os Atores

A EDCG é potenciadora das práticas e dinâmicas que já existem no território, contribuindo para reforçar dinâmicas locais de desenvolvimento mais inclusivas, participativas e sustentáveis, mas, para tal, é necessário reforçar a capacidade de intervenção em matéria de EDCG, com base nos seguintes objetivos específicos e ações:

1.1. Qualificar os agentes educativos para a EDCG

1.1.1 Ações de Formação e sensibilização para professores e educadores numa lógica de educação não formal.

1.2. Capacitar as organizações em matéria de EDCG

1.2.1 Ações de formação e sensibilização para técnicos municipais e de organizações da sociedade civil.

1.3. Reforçar a visão e compromisso de EDCG ao nível do poder local

. 1.3.1. Envolvimento estratégico da Câmara Municipal no Plano de Ação.

1.4. Disponibilizar maior suporte aos atores, com destaque para os agentes educativos

1.4.1. Produção e disseminação de recursos pedagógicos e campanhas relacionadas com a EDCG em diferentes formatos, para os diferentes públicos escolares e não escolares;

1.4.2. Elaboração de um projeto para criação de uma rede de mentores de EDCG, para apoiar os agentes educativos e outros;

1.4.3. Dinamização de ações de sensibilização/informação sobre EDCG em contexto de sala de aula ou dos projetos interdisciplinares de agrupamento por parte das organizações da sociedade civil (OSC) mais capacitadas para a EDCG.

Prioridade #2 - Aprofundar a intervenção

A segunda prioridade diz respeito ao aprofundamento da complexidade e desenvolvimento de um pensamento crítico para potenciar e alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ECDG incluindo os seguintes objetivos específicos e ações:

2.1. Promover redes de partilha e intercâmbio

2.1.1. Criação de uma plataforma (ou potenciar plataformas já existentes, como a Edufeira), para sistematizar e partilhar o que existe no território em termos de práticas, aprendizagens e recursos e permitir estabelecer sinergias.

2.2. Formar as crianças e jovens para a cidadania e participação cívica e política

2.2.1. Reforço da abordagem e impactos de projetos de referência já existentes no município como o Jovem Autarca e Assembleia de Crianças, consolidando a articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a dimensão global dos problemas, desenvolvimento de competências sociais e relacionais como trabalho em equipa, capacidade argumentativa e de debate construtivo.

2.3. Fortalecer a EDCG em contextos de educação não formal

2.3.1. Disponibilização de um guia orientador de como as diferentes práticas podem ser aprofundadas com base numa abordagem de EDCG, a partir da incorporação de novas dimensões como questionamento crítico, problematização das causas estruturais dos problemas, articulação do nível local com os desafios e as interdependências globais;

2.3.2. Desenvolvimento de projetos em que as várias camadas da população (crianças, jovens, adultos, de meios mais e menos favorecidos) possam relacionar a EDCG com questões relevantes para o seu dia-a-dia;

2.3.3. Desenvolvimento de projetos de mobilidade (por exemplo, Erasmus+) focados nas famílias e comunidades como forma de chegar a grupos que se têm revelado mais difíceis de envolver.

2.4. Contribuir e aprofundar temáticas específicas consideradas relevantes no território:

2.4.1. Promoção de abordagens à temática da violência (doméstica, bullying, no desporto) que problematizem as questões das desigualdades e discriminação associadas às suas causas estruturais;

2.4.2. Promoção de abordagens às questões ambientais e de sustentabilidade que equacionem as interdependências entre o local e o global e a corresponsabilidade individual e coletiva (com potencial de articulação com outras temáticas, como os circuitos curtos de abastecimento e o consumo de proximidade, a mobilidade, a transição verde e digital);

2.4.3. Promoção de abordagens à temática da solidariedade e inclusão social que estimulem o pensamento crítico, para ir além do nível assistencial no sentido de ações mais estruturantes e transformadoras ao nível das causas dos problemas;

2.4.4. Aprofundamento da abordagem e capacitação para as temáticas da interculturalidade.

2.5. Consolidar a sustentabilidade, democratização e legado dos projetos

2.5.1. Criação de um referencial para os projetos (designadamente ao nível das mobilidades Erasmus+ amplamente disseminadas no munício), no sentido de fornecer orientações que permitam fomentar pensamento crítico e superar a lógica do trabalho por projeto, potenciando o legado tanto para os participantes mais diretos como para a comunidade envolvente.

Prioridade #3 - Transversalizar e Integrar a EDCG

Pretende-se promover uma perspetiva transversal e integrada à EDCG que não a limita ao contexto escolar, mas aposta na sua afirmação nas várias áreas de política municipal e de intervenção das organizações locais (cultura, ação social, desenvolvimento local, ambiente, mobilidade, saúde, segurança, etc.), incluindo os seguintes objetivos específicos e ações:

3.1. Adotar a EDCG como elo agregador e orientador de diferentes áreas e estratégias de política municipal e de intervenção das organizações locais

3.1.1. Partilha do presente documento escrito pelos vários departamentos e divisões municipais e pelas várias organizações do concelho para sua subscrição;

3.1.2. Articulação municipal na tomada de decisões em matéria de EDCG e definição conjunta de prioridades a serem trabalhadas de forma integrada;

3.1.3. Planeamento integrado dos projetos (a nível municipal, escolar, social), procurando potenciar em todos a relação com a EDCG e com os ODS mais relevantes.

3.1.4. Desenvolvimento de propostas ao nível do 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário tendo como eixo a EDCG, acompanhando o processo de transferência de competências para os municípios na área da educação.

3.2. Fortalecer o trabalho em rede e parceria

3.2.1. Criação de espaços de partilhas e sinergias entre organizações e recursos locais, potenciando um efeito multiplicador em matéria de EDCG;

3.2.2. Realização de Encontro anual de parceiros para coconstrução do plano operacional.

3.3. Disseminar e visibilizar a EDCG

3.3.1. Desenvolvimento de ações de comunicação e campanhas de sensibilização para as temáticas da EDCG, com uma forte presença no espaço público (por exemplo, colorir a cidade para chamar a atenção para os ODS);

3.3.2. Desenvolvimento de ações de disseminação para dar visibilidade aos diferentes projetos e materiais disponíveis.

3.4. Promover um grupo de trabalho para facilitação e acompanhamento da EDCG no município

3.4.1. Definição de um grupo de trabalho responsável pela facilitação e monitorização do Plano, composto por representantes da câmara, OSC, ONGD e direções de agrupamento, enquanto mecanismo de governança e construção partilhada do Plano de Ação de EDCG;

3.4.2. Desenvolvimento de um instrumento de diagnóstico para recolha de informação e monitorização de todos os projetos de EDCG e principais indicadores (por exemplo, através de um formulário online de autopreenchimento), que permita produzir dados sistemáticos e avaliar o impacto do Plano, contribuindo também para informar o processo de acompanhamento da ENED.

2.3. Conclusão

A implementação e monitorização do Plano de Ação pressupõe a colaboração e envolvimento dos atores locais. Tal como existe a nível nacional um conjunto de Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA), também se pretende que o presente Plano de Ação Concelhio de SMF seja subscrito e apropriado pelas entidades deste território.

Caberá aos atores locais definir a estratégia de governança do Plano, designadamente nos próximos fóruns participativos. A sua implementação considera objetivos e ações de médio prazo e de mais longo prazo.

O Plano de Ação deverá ser alvo de monitorização regular por parte do grupo de trabalho a constituir para esse efeito, baseando-se na recolha de informação junto das entidades responsáveis por cada ação.

Referências

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2018-2022). Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018 de 16 de julho de 2018. Diário da República n.º 135 - 1ª Série.

GTEC [Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania] (2017). Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf

Logframe (2021). Relatório de Avaliação Intermédia da ENED 2018-2022. Disponível em: https://ened-portugal.pt/pt/avaliacao-intermedia

Mesa, M. (2014). Precedentes y evolución de la educación para el desarrollo: un modelo de cinco generaciones. Revista Sinergias, 1.

PPONGD (2018). Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global. Disponível em: https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/ficha-tematica-de-edcg.pdf

Rosto Solidário (2021). Relatório de Mapeamento de Atores e Práticas de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global. Santa Maria da Feira: Rosto Solidário. Disponível em: https://rostosolidario.pt/wp-content/uploads/2021/11/Parcerias_Locais_Relatorio-Mapeamento-_VF.pdf

Santos, A.T. (2019). DEAR in Portugal 2019: contexts and project observations. Development Education and Awareness Raising. Disponível em: https://europa.eu/capacity4dev/dear/documents/dear-portugal-2019-report